



Revista da

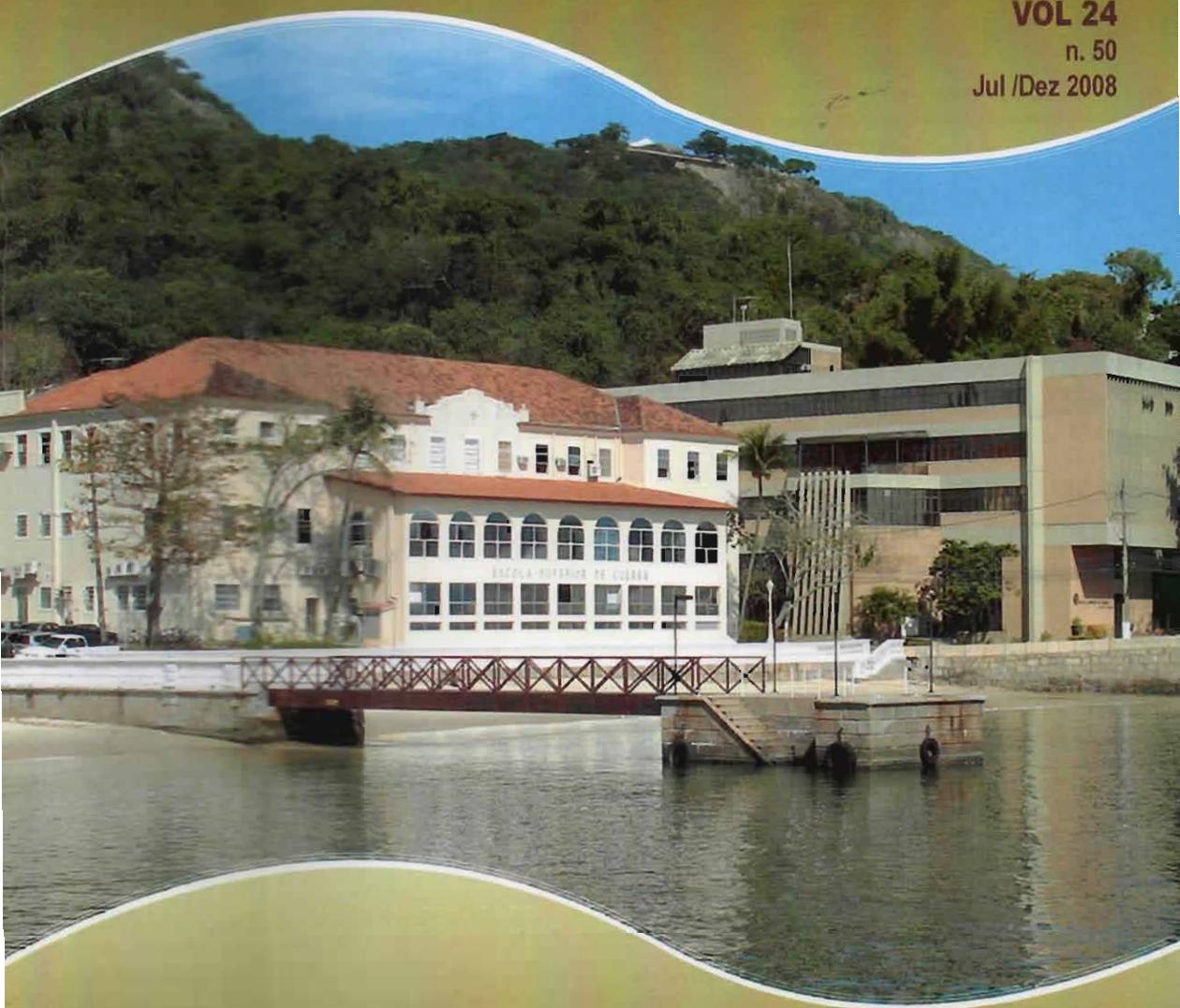
# ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

ISSN 0102-1788

**VOL 24**

n. 50

Jul /Dez 2008



NESTA CASA ESTUDA-SE O DESTINO DO BRASIL

# REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

VOL 24  
2º Semestre 2008



0102-1788

Rio de Janeiro 2008

<b>Editorial</b>	5
<i>Ten Brig Ar Carlos Alberto Pires Rolla</i>	
<b>A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos</b>	7
<i>Luiz Alberto Moniz Bandeira</i>	
<b>Por Onde Andará a “Grande Estratégia” Brasileira? (Estados Unidos e Brasil em estudo comparado)</b>	36
<i>Guilherme Sandoval Góes</i>	
<b>Estado e Direito: Tendências para o Século XXI</b>	68
<i>Caetano Ernesto da Fonseca Costa</i>	
<b>As Bases para um Projeto Educacional Capaz de Atender às Necessidades da População Brasileira</b>	77
<i>Ermelinda A. Paz</i>	
<b>As Tecnologias Avançadas como Fator de Mudança de Paradigmas na Educação e no Trabalho no Mundo Moderno Globalizado</b>	93
<i>Julio Cesar R. Dal Bello</i>	
<b>Logística no Mundo Globalizado: Uma Contribuição para a Gestão Global</b>	104
<i>Antonio Cefente Videira</i>	
<b>A Criação do Sistema Nacional de Mobilização</b>	131
<i>João Fernando Guerreschi</i>	
<b>Tecnologias Sensíveis</b>	153
<i>Simon Rosental</i>	
<b>A Próxima Fronteira da Guerra – Soluções Não-Letais para as Forças Armadas e Forças de Segurança dos Países</b>	168
<i>Marcos Flávio Moreira</i>	
<b>Guia para Colaboradores</b>	182

# As Bases para um Projeto Educacional Capaz de Atender às Necessidades da População Brasileira

Ermelinda A. Paz

*Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*Eduque os meninos e não será preciso castigar os homens. Pitágoras*

## Resumo

Este artigo aborda a Educação como um dos mais eficientes mecanismos de inclusão social. Discorre, de início, sobre alguns dos instrumentos legais, atualmente, adotados no setor, bem como contempla os sistemas nacionais de avaliação do ensino/aprendizagem, com o intuito de mostrar a matéria sob a ótica de suas diretrizes normativas. Apresenta sua trajetória através do legado de educadores do porte de Anísio Teixeira e Paulo Freire, tratando também das contribuições decorrentes do Relatório **Educação um tesouro a descobrir**, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO-2004). Faz ainda uma breve análise da situação atual, ressaltando pontos fortes e fracos do ensino, sugerindo algumas políticas e estratégias que, se concebidas, serão decisivas para a formulação de um projeto educacional capaz de atender às necessidades da população brasileira. Pretende-se, apontar ações cuja implementação poderia contribuir para solucionar a gestão da verba educacional pública, a formação permanente de professores, o atendimento das promessas das campanhas políticas e o cumprimento das leis e dos programas inseridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

**Palavras-chave:** Educação no Brasil. Instrumentos Legais da Educação. Política Educacional. Métodos de Ensino. Formação de Professores.

## Abstract

This article depicts Education as one of the most necessary mechanisms to improve the process of social insertion. To begin with, it describes the legal tools of educational and the national evaluation systems of the teaching/learning process, in order to show Education through a legal view. It focus

on the tracks taken by Education under the leading of important teachers like Anísio Teixeira and Paulo Freire, besides the contributions made by UNESCO reports (2004) "Education: a treasure to be discovered". It briefly analyses the current situation, highlighting strong and weak points of our nowadays schools, giving some suggestions about new policies and strategies that could contribute to the formulation of a future educational project that would meet the needs of the Brazilian population. We aim at pointing out some actions that would help to solve the management of the public educational budget, the permanent specialization of teachers, the answer to all political campaigns promises and the attending to laws and syllabuses proposals inserted in the National Syllabus Patterns.

**Key-words:** Education in Brazil. Legal Tools of Education. Educational Policy. Teaching Methodology. Teachers Specialization.

## I - INTRODUÇÃO

O foco principal deste estudo é o progresso da nação brasileira sob a ótica de uma Educação comprometida com a sociedade, com a sua história, com seus valores, suas necessidades e sua cultura. O seu objetivo é, a partir de um diagnóstico da situação brasileira na atualidade, fornecer subsídios que sirvam de base para a implementação de um projeto capaz de atender às necessidades do país.

O direito à Educação, mencionado no **Projeto Consulta Popular** (1997) do sociólogo César Benjamim, está assegurado em diferentes instrumentos, tais como: na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo II, Art. 6º e Capítulo III, Art. 205); no Código Civil Brasileiro; na Declaração dos Direitos das Crianças – aprovada, em 1959, pela Assembléia Geral das Nações Unidas (itens 5 e 7); e, ainda, no Artigo 1º da Declaração Mundial sobre Educação de Jomtien/Tailândia – 1990, que ressaltam a necessidade de ser estendida a todos, tornando-a universal.

O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em recente pronunciamento, declarou: "Agora que já temos 99% das crianças matriculadas nas escolas, é preciso ensiná-las". Todavia, faz-se necessário que o projeto pedagógico saia da utopia para a realidade.

Dimenstein (2003, p. 3) mostra que a cidadania no Brasil, apesar de todos os avanços, é tão frágil como o papel no qual escrevemos, levando à exclusão social. O autor aponta para a incapacidade de se oferecer um mínimo de igualdade de oportunidades às pessoas, sendo essa a raiz da violência, o que nos faz sentir reféns de uma sociedade que gera esse estado de coisas. Para ele, o desrespeito sistemático aos direitos humanos

e outras mazelas sociais, fazem de nossa cidadania uma "cidadania de papel".

A Educação como um mecanismo - único e verdadeiro - para alcançar a inclusão social é o principal mote dos educadores da atualidade e constituiu-se na motivação maior deste estudo.

Abordam-se aqui também as estruturas escolares, passando pela formação de professores, pelo projeto político, pela atuação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e das Secretarias Municipais de Educação, abarcando, ainda, sugestões para a composição de uma grade curricular básica e flexível de modo a contemplar a diversidade da sociedade brasileira.

E, por fim, propõe-se a concepção e implementação de políticas e estratégias, apresentando-se um esboço de contribuição, com o objetivo de fornecer as bases para um projeto educacional capaz de atender às necessidades da população brasileira, manifestadas em toda a sua expressão, e ao alcance de todos, na busca do bem-comum, segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG, p. 6-7)), como o respeito aos valores da preeminência da pessoa, da liberdade individual, da igualdade fundamental entre os homens e da fraternidade, transcendendo aos interesses, às aspirações e às necessidades individuais, projetando-se no todo social e fortalecendo a vontade nacional.

## II - ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS

*Nenhum educador de mediano bom senso vai achar que a Educação, por si só, liberta. Mas também não pode deixar de reconhecer o papel da Educação na luta pela libertação.*

Paulo Freire

O estudo acurado de importantes propostas metodológicas e leis forneceram subsídios para reflexão, levando a um panorama quase completo sobre o *statu quo* da Educação. Por conseguinte, conclui-se que:

- Em termos de leis, normas e procedimentos, não há necessidade de novas propostas, mas apenas de dar continuidade ao processo, garantindo seu pleno funcionamento, pois os citados instrumentos legais responderiam ao desafio de uma educação de qualidade, se bem implementados. Precisa-se sair do "dever ser" para o "ser".

- Novas concepções filosóficas de Educação também são dispensáveis, porque estas já foram desenvolvidas por grandes pensadores e educadores, tais como: Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Paulo Freire e

Darcy Ribeiro, para citar apenas alguns. Somam-se a estes, órgãos que se ocupam da gestão de nossa Educação, a exemplo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

É fundamental, no entanto, que se cumpram as leis, colocando-se em prática toda a pedagogia que nos foi legada e, sobretudo, uma atitude de respeito, dignidade, amor e comprometimento com o nosso país e com a nossa gente e, em especial, com a cultura de nosso povo, e que este compromisso se dê através e pela Educação.

O aperfeiçoamento do sistema educacional exige que os políticos assumam as suas responsabilidades, tendo em vista que todas as decisões tomadas neste contexto têm custos financeiros. Sendo este um investimento político de longo prazo, é frequentemente prejudicado.

A aplicação correta e consciente dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB), bem como aqueles destinados à merenda escolar, precisam estar totalmente comprometidos com um projeto educacional de qualidade, não podendo mais ser negligenciados, tampouco permitido o uso indevido da verba pública direcionada pelo governo à Educação.

O Caderno **Qualidade da Educação**, publicado pelo INEP/MEC (2003, p. 5), revela que “muitos recursos são desperdiçados em complicadas malhas burocráticas, na má focalização e mesmo nos desvios de verbas”.

Cabe enfatizar aqui que o lançamento de programas educativos requer políticas de longo prazo, pois inclui, sobretudo, recrutamento, formação e atualização de professores, sendo necessários muitos anos para se sentir o impacto do novo programa no mercado de trabalho. Faz-se mister ressaltar que a Educação, considerada como um direito comum, não pode ficar à mercê do jogo político ou de mercado. Há que se assumir uma postura cívica, um comprometimento que ultrapasse as fronteiras dos partidos, dos governos e de toda ideologia predominante, de modo a entendê-la como um valor assegurado a todas as gerações, sem qualquer ruptura que implique numa ação menor e empobrecida.

Os elementos da estratégia educativa devem ser concebidos de uma forma coordenada e complementar, tendo como base comum um tipo de ensino que se adapte às circunstâncias locais, ou seja, diversificando as ofertas através de seus conteúdos – desenvolvimento do ensino artístico e artesanal – com o objetivo de evitar o modelo único, muitas vezes fonte de frustração. Cabe também destacar que uma Educação Fundamental bem sucedida suscita o desejo de continuar a aprender. É importante ainda decidir sobre as diversas maneiras de construir-se o saber, reconhecendo que a presença do professor na escola continua sendo indispensável.

A família constitui o primeiro lugar de qualquer ação educativa e garante, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a tradição de transmitir cultura. Por esta razão, um diálogo verdadeiro entre Estado, escola, comunidade, pais e professores é indispensável, porque o desenvolvimento harmonioso das crianças implica uma complementaridade entre educação escolar, familiar e social.

A publicação **Indicadores da Qualidade na Educação** (2004, p.5), falando sobre a boa escola, revela que nela os alunos aprendem coisas essenciais para as suas vidas, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo. Entretanto, chama a atenção para o fato de que os contextos socioculturais locais devem ser responsáveis por definir e contextualizar o entendimento sobre qualidade na escola, ou seja, a própria comunidade escolar. Trata-se, portanto, de uma responsabilidade que envolve diversos atores: pais, mães, professores, diretores, alunos, funcionários, conselheiros de Educação, Organizações Não Governamentais (ONGs), órgãos públicos, universidades, ou seja, um universo que engloba pessoas e instituições, que se relacionem com a escola na busca de seu aprimoramento. Boa escola, no nosso entender e no do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é aquela que permite um ensino de excelência para todos.

O Caderno **Qualidade da Educação** do MEC (2003, p. 20) mostra que há dois conjuntos de variáveis que influenciam o aprendizado dos alunos. Um é derivado das condições sociais e econômicas do aluno e do contexto familiar de origem, outro, resultante das condições da oferta educacional, tais como a infraestrutura, o tipo de gestão escolar, a formação do professor e suas práticas pedagógicas.

As publicações, distribuídas pelo MEC, destacam diversas políticas com o objetivo de aumentar progressivamente os tributos federais voltados à Educação, dos atuais 18% para 22,5%, pelo lançamento do Programa Universidade para Todos (ProUni), vinculando o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ao ProUni; do Programa Dinheiro Direto (PDD) na Escola; além de outros de melhoria da qualidade; enfim, por um espectro de projetos e programas bem concebidos, intencionados e adequados para os fins específicos.

Então, como num *leitmotiv* - entendido como um tema insistentemente recorrente - vem à mente algumas reflexões e perguntas que foram constantes durante o percurso de preparação desse ensaio. O que está errado na Educação brasileira? Por que não obtemos resultados satisfatórios?

A partir destes questionamentos, da análise e diagnóstico feitos acima, relacionam-se aqui alguns aspectos direcionados à conquista de uma Educação de qualidade para todos, em busca da inserção social e de uma cidadania que não seja apenas virtual.

A princípio, foram detectados os pontos fortes e fracos, visando o estabelecimento dos objetivos e diretrizes políticas. Num segundo momento, traçadas as estratégias para alcançar essa meta, ou seja, ações em prol de um ensino de excelência, comprometido com nossas necessidades e cultura e, sobretudo, alicerçado no bem-comum.

Entretanto, cabe ressaltar que é preciso estabelecer políticas públicas que façam a diferença, que promovam impacto no dia-a-dia da escola, concorrendo para o aprendizado de fato acontecer, e contribuindo para a inclusão social e econômica do cidadão.

Por último, ressalta-se a necessidade de comprometimento – por parte dos segmentos envolvidos – com o desenvolvimento do projeto educacional em todas as etapas e, ainda, de acompanhamento das diversas estratégias planejadas, verificando sua execução, de modo a poder propiciar a correção de rumos, e substituir o estágio do “dever ser” pelo do “ser”.

### **Os Pontos Fracos e Fortes do Sistema Educacional Brasileiro**

No presente estudo consideram-se como pontos fracos do sistema o número insuficiente de professores, a dificuldade de uma formação docente continuada e de qualidade e os salários aviltantes. Incluem-se também nesta lista a degradação das condições de trabalho do professor, a incapacidade dos poderes públicos na gestão econômica, administrativa e pedagógica, a falta de financiamento e de meios didáticos. Cita-se ainda como relevante a manutenção de um ensino seletivo, que conceba a diferença, em detrimento do atual que, circunstancialmente, gera uma categoria de excluídos não-portadores de deficiências, em decorrência da inadaptação ao regime disciplinar e/ou dificuldade de acompanhar o ritmo da turma. Nesta relação podem ser mencionados também os métodos didáticos ultrapassados, à base de aprendizagem mecânica; a grade curricular limitada à aplicação do currículo mínimo; a superlotação das turmas; além da dificuldade de acesso às escolas, dentre tantos outros.

Os pontos fortes destacados aqui são a existência de leis e instrumentos que disciplinam, regulam e avaliam o sistema educacional; a criação de órgãos que fomentam a Educação, a exemplo do INEP/MEC; e o estabelecimento de algumas ONGs e projetos importantes do Terceiro Setor que têm como alvo a melhoria do ensino em parceria com a sociedade.

### **III - POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS PARA A REDE DE ENSINO**

É fundamental desenvolver políticas e estratégias para solucionar problemas estruturais do ensino público nacional. Neste trabalho, sugerem-se algumas alternativas para os problemas mais usuais.

O diagnóstico aponta para sete problemas relevantes e, não mutuamente excludentes, a serem contemplados conjuntamente com ações positivas, relacionados abaixo, adotando-se políticas e estratégias convenientes aos respectivos casos.

### **1 - Uso das verbas públicas.**

Para resolver a questão do mau uso do erário, como o desvio de verbas da Educação – destinadas à merenda e, ainda, ao FUNDEB - com fins escusos, conforme atestam as denúncias detectadas e veiculadas pela mídia, é preciso adotar uma política que aumente o controle do numerário. Para tanto, é importante a criação de conselhos – compostos pela direção da escola, professores, representantes de pais de alunos, alunos e representante da comunidade – com a finalidade de fiscalizar as verbas alocadas para a Educação, desde a origem até a sua aplicação final, passando por todas as etapas prioritárias de forma comprovada e transparente, através de controle documental registrado em atas e relatórios, que deverão em segunda instância serem examinados por um conselho auditor, com membros dos três níveis do poder público: municipal, estadual e federal.

### **2 - Infraestrutura administrativa e operacional**

Os problemas relativos à infraestrutura dependem do fortalecimento e continuidade dos programas e projetos educacionais de boa qualidade, estabelecendo-se, com esse objetivo, mecanismos de supervisão que avaliem e ajúzem – com grande rigor técnico – as ações políticas educacionais, em especial as voltadas para a manutenção de todos os bons projetos desenvolvidos em gestões anteriores, assegurando sua sustentabilidade e sua continuidade.

### **3 - Políticas Educacionais**

As políticas educacionais pressupõem a execução do programa dos candidatos durante a campanha eletiva. Portanto, é imprescindível condicionar e assegurar a permanência dos políticos investidos nos cargos ao cumprimento dessas promessas, através da inclusão de um ordenamento jurídico denominado *recall*. A guisa de exemplo, tal qual procedimento consagrado nos EUA, onde os parlamentares que se desviam dos seus compromissos de campanha têm seu mandato interrompido. É preciso observar, ainda, a formação e experiência técnica específica dos futuros gestores educacionais, considerando-a como condição *sine qua non* para o exercício do poder.

#### **4 - Métodos de Ensino**

Exige-se um comprometimento da escola com a sociedade onde está inserida, com as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), bem como com as novas tecnologias educacionais. Em vista disso, propicia-se a formação de hábitos e atitudes, de modo que a criança aprenda a hierarquizar, retendo e desprezando o que é bom ou ruim, com liberdade e responsabilidade necessárias, ainda que baseada no respeito aos limites. É importante também oferecer igualdade de oportunidades educacionais e proporcionar o desenvolvimento dos conteúdos de forma a estimular o gosto por aprender, a sede e a alegria de conhecer, evitando a massificação.

Destaca-se, ainda, a importância de multiplicar os acordos e os contratos de parcerias com as famílias, com o meio econômico, com a sociedade e com os demais atores da vida cultural, reforçando a ligação da escola com a comunidade através da gestão escolar democrática, com transparência na administração.

#### **5 - Formação Continuada dos Professores**

Espera-se muito dos professores por seu papel decisivo na formação de atitudes positivas ou negativas perante o estudo. Cabe a eles despertar a curiosidade, estimular a autonomia, desenvolver o rigor intelectual e criar as condições necessárias para o sucesso da Educação formal, motivando os alunos a buscar a Educação continuada, pois o sucesso deles é alicerçado pela formação e preparação de seus mestres.

Anísio Teixeira, ao repensar a escola brasileira, chama a atenção para a importância da qualidade acadêmica do corpo docente e dos quadros técnicos, por ele considerado como a chave de todo o projeto educacional. Ele ressalta que, até hoje, acredita-se em uma reforma do ensino por meio de leis. "São elas, sem dúvida, necessárias para tornar possíveis as reformas, mas leis não fazem as reformas. Estas se fazem pelas mudanças de estrutura da sociedade [...] e pelo preparo e aperfeiçoamento do professor e dos quadros técnicos" (TEIXEIRA, 1994, p.155).

O governo e a sociedade vêm, ao longo dos anos, tentando suprir a insatisfação com os resultados decorrentes do despreparo dos alunos egressos da escola pública, com o estabelecimento de normas, programas e outros instrumentos com força de lei, objetivando criar mecanismos para assegurar um melhor resultado no desempenho dos mesmos.

A política indicada, para este caso, é a formação continuada dos professores, alicerçada no conhecimento metodológico, comprometida com qualidade e atualidade. E com este objetivo, é imprescindível favorecer

e propiciar a realização regular de cursos de atualização profissional e/ou aperfeiçoamento, além de ciclos de leitura obrigatórios dentro da carga horária, num processo de formação continuada, e, ainda, como uma opção metodológica, o uso do ensino à distância. Estes momentos podem constituir-se em espaço de discussão sistemática sobre Educação, compreendendo, de início, um estudo sobre: o Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 2004; as atividades educacionais do Instituto Ayrton Senna (IAS); as diversas publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); um estudo sobre as propostas metodológicas de Anísio Teixeira e Paulo Freire; ou, ainda, a realização de encontros ou ciclo de palestras com gestores educacionais e educadores de renome, sob a responsabilidade do Estado e promovidos pelas Secretarias Municipais de Educação com a supervisão geral do MEC, podendo-se, ainda, buscar parcerias com Universidades Públicas, Estaduais e Federais.

Cabe também incentivar a implementação de estratégias de estímulo à docência, dentre as quais se ressaltam a criação de condições para melhorar suas qualificações, em especial na área pedagógica; a instituição de prêmios por atuação invulgar como recompensa aos bons professores; prover a melhor utilização de suas competências; propiciar condições ideais de trabalho; conceder incentivos especiais para aqueles sediados em regiões de risco ou muito afastadas; gratificar condignamente os professores em exercício administrativo, proporcionando ainda salários dignos para todos.

## **6 - Infraestrutura da Escola**

No trabalho **Indicadores de Qualidade na Educação** do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/MEC 2003, p. 41) consta que ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, ressaltando a importância do bom aproveitamento dos recursos existentes, ordenado de modo a favorecer o convívio entre as pessoas e a aprendizagem dos alunos, ainda que a nossa realidade, com alta frequência, sinalize a existência de outro universo. Portanto, o ambiente físico deve ser aprimorado, contando com uma boa infraestrutura.

As estratégias para a consecução desta finalidade são, entre muitas, a de prover bibliotecas para as escolas, mantendo seus acervos em constante atualização; ampliar os recursos tecnológicos com a criação de laboratórios de informática e de ciências; dotar a escola de um espaço para atividades de música e artes; e, finalmente, organizar um espaço para a prática de esportes e lazer.

## 7 - Grade Curricular

A grade curricular é um fator deveras importante. O seu empobrecimento explica-se pelo não cumprimento da lei em sua totalidade, pois a maioria das instituições de ensino, por limitações, as mais diversas, restringem sua composição unicamente à implementação das disciplinas do currículo mínimo.

Como política adequada para resolver a questão, indica-se o enriquecimento da grade curricular com base na Lei das Diretrizes e Bases e nos PCN. E como estratégia, para viabilizar a solução, a introdução do currículo pleno, estabelecendo a prática obrigatória do ensino de arte nas escolas conforme preconiza a LDB em seu art. 26º. É fundamental também propiciar sistemas mais flexíveis, acessíveis, com maior diversidade de cursos e opções, diminuindo a distância entre o currículo real e o ideal, além de buscar parcerias e colaboração com a mídia, museus de arte e científicos, teatros, bibliotecas, cinemas, universidades e outros espaços culturais para ampliar o universo cultural do aluno.

Os professores devem levar os alunos a uma leitura crítica da mídia, fazendo uma triagem e hierarquizando ainda as múltiplas informações transmitidas.

Rubem Alves (2000, p.19) afirma que "a mente só guarda e opera conhecimentos de dois tipos: os conhecimentos que dão prazer e os conhecimentos instrumentais, que podem ser usados como ferramentas". Adverte também que "o esquecimento é uma operação da inteligência que se recusa a carregar o inútil e o que não dá prazer", numa alusão aos conhecimentos voltados para os exames vestibulares, que são supérfluos e, portanto, logo esquecidos.

Harper, Ceccon e Oliveira (p. 64-65) mostram que as matérias são ensinadas de forma compartimentada, cada qual em uma gavetinha, e que estas gavetas não se comunicam entre si, e são raros os conhecimentos que servem realmente para uma comunicação com o mundo exterior. Segundo eles, "as gavetinhas têm seus conteúdos bem hierarquizados. [...] Outras gavetas são menos consideradas. Pouco importa à escola que se tenha uma gaveta repleta de boa música ou de belos desenhos".

É importante tecer algumas considerações sobre propostas de enriquecimento curricular, resultante da inserção de algumas disciplinas e práticas ausentes na grade da escola fundamental de 1ª a 4ª série. Dentre elas, destacam-se:

- **Iniciação à Informática**

Dimenstein (2003, p. 170) aborda, com muita propriedade, a questão da exclusão digital através de uma bem sucedida ação na Escola Estadual

Godofredo Furtado, em Pinheiros, região oeste de São Paulo, onde os alunos encontravam o laboratório de informática sempre fechado e os computadores cobertos de pó, motivando o surgimento do movimento da *incomputação*, o que levou os estudantes a ensinarem princípios básicos de acesso à *Internet* a seus mestres. Os *incomputadores* são brasileiros de baixo poder aquisitivo que relutam em entrar na categoria dos "sem-tela". Cabe ressaltar que a exclusão digital é vista, cada vez mais, como um óbice à conquista do emprego e ao progresso pessoal. O estudo mostra que é preciso ampliar o número de centros públicos de acesso gratuito à rede mundial, de modo a atender toda uma população mais carente.

Igualmente, Dimenstein (Idem, p. 174) afirma que, tanto nos países ricos quanto nos pobres, o maior obstáculo não é o acesso às máquinas, mas, sim, à formação do professor, que deve ser capaz de transformar a rede em material pedagógico.

#### • Iniciação ao Estudo das Artes

A LDB (Lei nº 9394) - em seu art. 26º - preconiza o ensino da arte como componente obrigatório. Ribeiro (2001, p. 20) aborda a inexistência de estudos mais sistemáticos sobre as disciplinas de Educação Artística e Educação Física, que avaliem positivamente o impacto dessas áreas no desenvolvimento geral dos educandos, informando que essa ainda é uma prática pouco generalizada. Entretanto, enfatiza que a arte propicia um modo novo de compreender o mundo contemporâneo, com ele se relacionar e se inserir, estabelecendo uma nova ordem no contato com o universo cultural, um outro olhar que pode ressignificar conceitos e práticas (Idem, p. 136).

Na publicação do Ministério da Educação (MEC), intitulada **Educação de Jovens e Adultos, Vol. 3 – Arte**, encontram-se delineados os seguintes objetivos para a disciplina:

*Experimentar e explorar as possibilidades de cada linguagem artística, utilizando a arte como linguagem. Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em arte (artes visuais, dança, música, teatro), de modo a utilizá-los em trabalhos pessoais, identificá-los e interpretá-los na apreciação e contextualizá-los culturalmente (p. 137).*

*Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal além de conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas (p. 138).*

*Identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como com as demais do patrimônio cultural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos (p. 138).*

*Observar as relações entre a arte e a leitura da realidade, refletindo, investigando, indagando com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, a sensibilidade, a*

*argumentação e apreciando a arte de modo sensível (p. 139).*

*Identificar, relacionar e compreender os diferentes âmbitos da arte, do trabalho e da produção dos artistas (p. 139).*

*Identificar, investigar e organizar informações sobre a arte, reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias (p. 139).*

*Pesquisar e saber organizar informações sobre arte em contato com artistas, obras de arte, fontes de comunicação e informação (p. 140).*

O Instituto Ayrton Senna (IAS, p. 116), em São Paulo, na certeza de que a arte é uma via privilegiada para o desenvolvimento de potenciais, criou e implementou, em 1999, o programa Educação pela Arte. Paralelamente ao IAS, alguns projetos foram estendidos por estes “Brasis” – a Escola de Música da Favela da Rocinha, Projeto Educação em Paraty, além de outros como a Educação pela Arte, no Estado da Bahia - vêm colocando a arte num patamar de destaque, na certeza de que sua prática resgata a autoestima, facilita o aprendizado de diversas matérias, tira crianças da rua, faz emergir o potencial dos indivíduos, além de promover uma maior socialização, para citar apenas alguns exemplos.

No século XX, mais especificamente na década de 1930, um importante programa denominado Canto Orfeônico foi desenvolvido com sucesso por Heitor Villa-Lobos, na era Vargas, sendo reconhecido como modelo (em matéria de educação musical para os países europeus) no Congresso de Educação Musical de Praga, Tchecoslováquia, em 1936, conforme atestam os documentos da mala diplomática consultados no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Tal projeto compreendia a inclusão do ensino da educação artística, mais especificamente, da música a partir da escola fundamental e tinha como objetivos: a Educação Social através da Música; a Educação Musical como meio de desenvolvimento do sentimento de civismo, de confraternização, e como veículo da ideia de paz entre os homens; além do aprimoramento do juízo estético e a preparação de plateia para nossos futuros artistas. A Educação Musical<sup>1</sup> visava promover a autoexpressão, através de um fazer musical, que envolvesse a apreciação, o canto em conjunto, a participação em corais e bandas, dentre outros.

Sintetizando, “As Bases para um Projeto Educacional Capaz de Atender às Necessidades da População Brasileira” englobam políticas e estratégias públicas, comprometidas com ações positivas a serem desenvolvidas

<sup>1</sup> Em 18 de agosto de 2008, o Presidente Lula sancionou o Projeto de Lei nº 2732/08 da Senadora Roseana Sarney, que torna o ensino da música novamente obrigatório. A Lei nº 1769, publicada do Diário Oficial da União, altera a LDB, de 20 de dezembro de 1996. As escolas públicas de todo o País terão três anos para inseri-la no currículo da educação básica.

conjuntamente e de forma não excludente. Entre seus objetivos, está o uso correto das verbas públicas; um suporte administrativo dinâmico e competente; políticas educacionais adequadas; métodos de ensino eficazes; formação continuada dos professores; o estabelecimento de uma infraestrutura, e, ainda, a implementação da grade curricular plena; em prol de uma educação soberana, de qualidade e, sobretudo, comprometida com sua cultura e sua gente.

#### **IV - CONCLUSÃO**

O caminho percorrido levou-nos a refletir sobre a riqueza da herança pedagógico-educacional legada por Anísio Teixeira e Paulo Freire, acrescido do Relatório Delors, da UNESCO, responsáveis pelos conceitos apresentados aqui sobre Educação.

A conclusão remete ao início desse trabalho: educar é incluir, e a inclusão envolve atitudes, deveres e, sobretudo, consciência cívica. Faz-se mister frisar que, somente através da educação, é possível construir uma nação em sua essência soberana. Entretanto, para que esse projeto torne-se realidade, é imprescindível manter e firmar um compromisso cívico-educacional entre todos os atores envolvidos - governo, sociedade, família e escola - com a qualidade do ensino e com o futuro do País, na busca constante de seu crescimento e soberania, alicerçados no bem-comum.

Acredita-se que, se implementadas as políticas propostas e, desenvolvidas as estratégias decorrentes, a Educação no Brasil poderá atingir o patamar idealmente desejável, proposto no decorrer do presente trabalho.

Finalizando, reporta-se a três máximas em Educação:

*"A Educação é o caminho para a democracia. Não há paz sem evolução dos Direitos Humanos."* Rigoberta Menchu.

*"São duas as premissas necessárias para a base da cidadania das nações: alimentação e educação".* Danton, o grande líder da Revolução Francesa, 1789.

*"Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais".* Paulo Freire

#### **Referências**

ALVES, Rubem. *Estórias de quem gosta de ensinar*. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

ANTUNES, Celso. *Casos, fábulas, anedotas ou inteligências, capacidades, competências*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BONAMINO, Alicia; BESSA, Nícia; FRANCO, Creso. *Avaliação da Educação Básica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC; São Paulo: Loyola, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o Método Paulo Freire*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). 2. ed. São Paulo: Manole, 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diretrizes e bases da educação brasileira*. Brasília: 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. *Plano nacional de educação*. Brasília: 2001.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório pedagógico 2002: exame nacional de ensino*. Brasília: INEP, 2002.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental*. Brasília: INEP, 2003.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Conferência Nacional de Educação. Salvador: INEP, 1956, p. 33-34.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resultados do SAEB 2003*. Brasília: INEP, 2004.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Os desafios do Plano Nacional de Educação*. Brasília: INEP, 2004.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *O Censo escolar brasileiro: História e novas perspectivas*. Brasília: INEP, 2004.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; ANDRÉ, Simone. *Educação para o desenvolvimento humano*. São Paulo: Instituto Ayrton Sena, 2004.

DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir*. 9. ed. Brasília: Cortez, 2004.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel*. 20. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico: elementos doutrinários*. v. 1. Rio de Janeiro: ESG, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARPER, Babette *et al.* *Cuidado, escola!: desigualdade, domesticação e algumas saídas*. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO. São Paulo: Educativa, 2004.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

POCHMANN, Marcio *et al.* (Org.). *Atlas da exclusão social, volume 5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord). *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular: 1º segmento*. São Paulo: Ação educativa; Brasília: MEC, 2001.

SCHWATZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.

SELLA, Adriano. *Globalização neoliberal e exclusão social: alternativas...? são possíveis!* São Paulo: Paulus, 2002.

STOER, Stephen; MAGALHÃES, Antônio M.; RODRIGUES, David. *Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

\_\_\_\_\_. *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Educação não é privilégio*. 5.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. *Educação para a democracia: introdução à administração educacional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.